

Ciência Global, Internacionalização e Cooperação Acadêmica: Para Quê – E Para Quem?

Global Science, Internationalization and Academic Cooperation: What For – And For Whom?

Ciencia global, internacionalización y cooperación académica: ¿para qué y para quién?

Recebido: 27/09/2026

Aceite: 07/10/2026

Leandro Petarnella

Doutor em Educação pela Universidade de Sorocaba (UNISO)
Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE)
Pós-Doutorado em Engenharia e Gestão da Inovação pela Universidade Federal do ABC (UFABC)
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Fatec Cotia
Rua Nelson Raineri, 700 – Lageado – Cotia/SP – CEP 06702-155
E-mail: leandro.petarnella@cps.sp.gov.br
ORCID: 0000-0001-5157-4969

RESUMO

Neste ensaio, interrogo as finalidades da ciência global, da internacionalização da educação superior e da cooperação acadêmica a partir de uma questão central: para que — e para quem — ampliamos redes, parcerias e circuitos de circulação do conhecimento? Desenvolvo uma reflexão teórica apoiada em literatura sobre internacionalização, ciência global, colaboração Sul–Sul, dependência acadêmica, internacionalização em casa, ciência aberta e diplomacia científica, articulando-a a contribuições de Heller, Lyotard, Han, Baudrillard e Agamben. Argumento que a expansão geográfica das relações científicas não constitui, por si, evidência de democratização, reciprocidade ou relevância pública. Examino como métricas de desempenho, assimetrias de recursos, domínio linguístico, infraestrutura e formas de reconhecimento podem ampliar oportunidades e, simultaneamente, reproduzir dependências. Reivindico a noção de ciência do comum como horizonte normativo no qual circulação e abertura são acompanhadas pela distribuição das capacidades de perguntar, decidir, aprender, investigar e utilizar o conhecimento. Defendo que internacionalizar ganha sentido público quando fortalece autonomia intelectual, condições dignas de trabalho, formação e participação efetiva, sem subordinar a pesquisa à exigência de utilidade imediata. Ao final, reorbits a discussão pelo cotidiano: ser global só se justifica quando o conhecimento retorna à vida, amplia interlocuções e enfrenta também as desigualdades que organizam sua própria produção.

Palavras-chave: Desigualdade. Autonomia intelectual. Ciência aberta. Formação.

ABSTRACT

In this essay, I question the purposes of global science, the internationalization of higher education, and academic cooperation through a central question: what for — and for whom — do we expand networks, partnerships, and circuits of knowledge circulation? I develop a theoretical reflection grounded in literature on internationalization, global science, South–South collaboration, academic dependency, internationalization at home, open science, and science diplomacy, articulating it with contributions from Heller, Lyotard, Han, Baudrillard, and Agamben. I argue that the geographical expansion of scientific relations does not, by itself, constitute evidence of democratization, reciprocity, or public relevance. I examine how performance metrics, resource asymmetries, linguistic dominance, infrastructure, and forms of recognition may expand opportunities while simultaneously reproducing dependencies. I reclaim the notion of a science of the common as a normative horizon in which circulation and openness are accompanied by the distribution of capacities to question, decide, learn, investigate, and use knowledge. I argue that internationalization acquires public meaning when it strengthens intellectual autonomy, dignified working conditions, education, and effective participation, without subordinating research to the demand for immediate utility. Finally, I re-orbit the discussion through everyday life: being global is justified only when knowledge returns to life, broadens dialogue, and also confronts the inequalities that organize its own production.

Keywords: Inequality. Intellectual autonomy. Open science. Education.

RESUMEN

En este ensayo, interrogo las finalidades de la ciencia global, de la internacionalización de la educación superior y de la cooperación académica a partir de una cuestión central: ¿para qué —y para quiénes— ampliamos redes, alianzas y circuitos de circulación del conocimiento? Desarrollo una reflexión teórica apoyada en la literatura sobre internacionalización, ciencia global, colaboración Sur-Sur, dependencia académica, internacionalización en casa, ciencia abierta y diplomacia científica, articulándola con aportes de Heller, Lyotard, Han, Baudrillard y Agamben. Argumento que la expansión geográfica de las relaciones científicas no constituye, por sí misma, evidencia de democratización, reciprocidad o relevancia pública. Examino cómo las métricas de desempeño, las asimetrías de recursos, el dominio lingüístico, la infraestructura y las formas de reconocimiento pueden ampliar oportunidades y, simultáneamente, reproducir dependencias. Reivindico la noción de ciencia de lo común como horizonte normativo en el que la circulación y la apertura van acompañadas de la distribución de las capacidades para preguntar, decidir, aprender, investigar y utilizar el conocimiento. Sostengo que la internacionalización adquiere sentido público cuando fortalece la autonomía intelectual, las condiciones dignas de trabajo, la formación y la participación efectiva, sin subordinar la investigación a la exigencia de utilidad inmediata. Finalmente, reoriento la discusión hacia la vida cotidiana: ser global solo se justifica cuando el conocimiento retorna a la vida, amplía los espacios de diálogo y afronta también las desigualdades que organizan su propia producción.

Palabras clave: Desigualdad. Autonomía intelectual. Ciencia abierta. Formación.

“Toda obra significativa volta à cotidianidade e seu efeito sobrevive na cotidianidade dos outros.”
Ágnes Heller — O cotidiano e a história (2016, p. 37).

1 IGNIÇÃO

Uma instituição anuncia a assinatura de um acordo internacional. O comunicado apresenta a parceria como avanço, enumera oportunidades e projeta uma presença mais ampla no mundo. Em outro lugar, um pesquisador acompanha as citações de seu trabalho, responde a uma demanda de colaboração e procura ajustar a agenda ao próximo prazo. Um estudante encontra o convite para participar de uma atividade com colegas estrangeiros, mas ainda precisa decidir como conciliá-la com o trabalho. As cenas são hipotéticas. A distância entre elas, entretanto, permite formular um problema: o que significa ampliar a presença internacional da ciência quando as condições de participação, formação e reconhecimento permanecem desiguais?

A pergunta encontra um campo acadêmico que ampliou seus objetos. A internacionalização da educação superior passou a abranger políticas institucionais, currículo, pesquisa, mobilidade e experiências interculturais. A cooperação acadêmica envolve relações pelas quais instituições e pesquisadores compartilham atividades, recursos e conhecimentos. A ciência global designa uma organização transnacional da produção científica, sustentada por redes e circuitos de circulação que ultrapassam a atuação de uma universidade. Esses processos se articulam, embora não sejam equivalentes. Uma atividade internacional de ensino pode ocorrer sem gerar pesquisa compartilhada; uma rede científica pode existir sem estar integrada à formação dos estudantes ou, ainda, a uma pesquisa ou à ciência propriamente dita.

Não pretendo, aqui, intuir ou praguejar. A sistematização temática da literatura sobre esses processos me revela uma tensão recorrente. As possibilidades de colaboração se ampliam, enquanto persistem obstáculos à participação e desigualdades no poder de definir agendas e é exatamente neste ponto que este ensaio retoma esse campo de discussão para interrogar suas finalidades.

Não reivindico, nesta interlocução, a execução de uma nova revisão sistemática exaustiva. Ao contrário, meu objetivo consiste em examinar em que condições a internacionalização da ciência e a cooperação acadêmica podem contribuir para enfrentar desigualdades e ampliar a formação intelectual, e em que condições reproduzem uma organização do conhecimento governada pelo desempenho. Suspeito que a extensão

geográfica das relações científicas é insuficiente para justificar sua relevância pública e que essa relevância depende também da distribuição das condições de conhecer e das possibilidades de participar das decisões sobre a produção e o uso do saber.

Sob essa ótica, compreender o problema ora apresentado exige deslocar a pergunta sobre quanto se internacionaliza para a pergunta sobre o sentido da internacionalização. Esse deslocamento não resolve a questão antecipadamente. Por exemplo: a colaboração pode proporcionar infraestrutura, novas perspectivas e experiências formativas que seriam inacessíveis em contextos de isolamento. Entretanto, também pode consolidar relações de dependência, fazer do reconhecimento uma exigência permanente e aumentar o trabalho sem ampliar suas condições materiais. Minha tarefa reflexiva, aqui, situa-se entre essas possibilidades e procura compreender os mecanismos que as aproximam ou distinguem.

Oriento-me pela epígrafe e, a partir dela, aproximo as reflexões de Ágnes Heller sobre a vida cotidiana da discussão de Lyotard acerca da legitimação do saber na condição pós-moderna. Pergunto, então: a quem ou para quem serve a ciência quando convivemos com abundância informacional e com exigências de produção que parecem não admitir interrupção?

Sem respostas prescritas ou receitas prontas, faço minhas reflexões neste ensaio teórico atravessarem a responsabilidade social da ciência. Aquela que orienta o percurso, mas precisa ser precisada. Afinal, não seria coerente criticar o desempenho e, simultaneamente, obrigar toda investigação a apresentar um benefício imediato. Mesmo porque, o conhecimento pode exigir tempo, permanecer sem aplicação previsível e transformar modos de compreensão antes de produzir efeitos institucionalmente reconhecidos. Aqui, a questão recai sobre as condições coletivas da pesquisa e da formação e é orientada pela seguinte questão: como um sistema científico pode reivindicar benefícios universais quando restringe o acesso às capacidades que tornam esses benefícios possíveis?

2 DERIVAS: ENTRE A CIÊNCIA GLOBAL E A VIDA COMUM

Uma narrativa frequente da internacionalização organiza suas modalidades como momentos de um desenvolvimento ascendente. A mobilidade seria sucedida pelos acordos institucionais, pela internacionalização do currículo e pelas experiências digitais,

até chegar às redes de pesquisa e à ciência global. A sequência facilita a descrição, mas pode converter uma mudança de escala em evidência de progresso. O posterior parece mais completo; o mais conectado parece mais avançado. Interessa perguntar o que se perde quando a descrição assume a forma de um destino.

As modalidades coexistem e se transformam reciprocamente. Uma rede de pesquisa pode gerar mobilidade; uma experiência de ensino pode abrir uma parceria; um convênio pode permanecer pouco ativo. Não existe uma passagem necessária entre esses acontecimentos. Também não há uma unidade de medida que permita concluir que uma colaboração digital é, por definição, superior a uma relação presencial ou que uma parceria com muitos participantes é mais formativa que outra de menor alcance. A extensão precisa ser relacionada à qualidade das interações e aos objetivos que lhes conferem sentido.

Avanço a reflexão a partir do trabalho de Knight (2004), para quem a internacionalização ocorre pela integração de dimensões internacionais, interculturais ou globais aos propósitos, às funções e à oferta da educação superior: sua formulação conceitual torna possível examinar a instituição para além de atividades isoladas mas, é claro, precisa ser ampliada pelas considerações de De Wit (2024), que ao discutir a evolução conceitual do campo, recoloca o problema da ampliação dos significados e da diversidade de perspectivas. Esses trabalhos oferecem uma base para distinguir presença de atividades internacionais e transformação institucional. A distinção abre, neste ensaio, uma pergunta adicional: quais propósitos estão sendo transformados e quem participa de sua definição?

Nguyen, Muangsanam e Tuamsuk (2025) me auxiliam nessa reflexão por meio de sua contribuição quando examinam publicações da Scopus de 2014 a 2023 e selecionam 53 estudos entre 572 registros: A revisão identifica temas relativos a currículo, ensino e aprendizagem e pesquisa, controle de qualidade e competências de estudantes e docentes. A diversidade encontrada mostra que a cooperação não pode ser reduzida a um único produto. O resultado interessa à argumentação porque permite relacionar a pesquisa internacional às experiências educativas que a sustentam. Contudo, a variedade de temas não estabelece, por si, uma direção social compartilhada.

A rigor, tudo isso me leva a compreender que uma rede pode desenvolver competências para disputar posições já existentes ou para questionar as regras dessa

disputa. Pode preparar estudantes para atuar em ambientes internacionais e também ajudá-los a compreender como esses ambientes distribuem oportunidades. A primeira finalidade não contém necessariamente a segunda. Quando a formação é descrita apenas por atributos adaptativos, a capacidade de funcionar em determinado sistema pode ocupar o lugar da capacidade de julgá-lo. Essa mudança torna possível formar pessoas tecnicamente preparadas para participar de relações cuja desigualdade aprenderam a considerar inevitável. Por consequência disso, a pergunta sobre a validade de uma explicação pode coexistir com uma exigência de rendimento que seleciona quais problemas serão investigados. O saber passa a enfrentar uma dupla prova: precisa sustentar suas afirmações e demonstrar que merece lugar no circuito que financia sua existência.

No uso que faço dessa perspectiva, a condição pós-moderna designa uma tensão da legitimação, e não uma etapa homogênea que teria superado todas as estruturas anteriores. Instituições antigas, promessas modernas de emancipação e formas digitais de controle coexistem. A expansão científica não encerra o problema do poder; modifica seus meios. A possibilidade de compartilhar dados em escala mundial pode acompanhar o controle concentrado da infraestrutura que permite esse compartilhamento. O avanço técnico torna certas relações possíveis, mas não determina sua orientação pública.

Marginson (2022) descreve a ciência global em termos de crescimento, diversificação e colaboração em redes, criticando abordagens que a reduzem a comparações nacionais performativas. A contribuição permite distinguir um sistema de interações transnacionais de uma competição entre países tratados como unidades isoladas. Por essa razão, o sentido de uma colaboração não se esgota no ganho atribuído a uma instituição ou na posição conferida a um sistema nacional. A rede produz relações cujas consequências exigem outra escala de análise.

O progresso científico permanece relevante: melhores explicações e novas possibilidades técnicas podem transformar vidas. Mas progresso explicativo, expansão institucional e justiça social são dimensões que precisam ser relacionadas, sem serem confundidas. A ciência global adquire uma justificativa pública mais consistente quando seu desenvolvimento amplia as capacidades de compreender e enfrentar problemas compartilhados. Essa justificativa será frágil se o crescimento das relações funcionar como resposta suficiente à pergunta por suas finalidades.

Direciono agora esta reflexão para além do mérito ou das relações de trabalho, para as suas condições na contemporaneidade. A ampliação das possibilidades de colaboração altera o cotidiano de quem pesquisa. Uma mensagem pode chegar de outro fuso horário; um encontro acrescenta-se à agenda; uma chamada solicita um projeto que exige preparação e negociação. Nenhuma dessas atividades é, isoladamente, sinal de precarização. O problema aparece quando a multiplicação das oportunidades torna permanente a expectativa de disponibilidade e quando o trabalho necessário permanece sem reconhecimento institucional. A imagem de uma instituição conectada pode depender de uma soma de esforços que suas próprias descrições deixam em segundo plano.

Han (2015) caracteriza o sujeito do desempenho pela exigência de empreender a si mesmo. A produtividade pode assumir a forma de iniciativa pessoal, enquanto a pressão é interiorizada como responsabilidade pelo próprio sucesso. Nesse quadro, a autoexploração ajuda a explicar por que a intensificação do trabalho pode ser vivida como exercício de liberdade. A contribuição oferece uma chave para interrogar o esforço acadêmico orientado por metas continuamente renovadas. Não constitui, porém, uma descrição suficiente de todos os vínculos e contextos da educação superior.

É necessário conservar essa limitação ao aplicar o conceito. O pesquisador com estabilidade e recursos, o docente remunerado por atividade e o estudante que depende de bolsa não dispõem das mesmas possibilidades de organizar o tempo. A decisão de aceitar uma demanda pode envolver interesse intelectual, expectativa de carreira ou necessidade de permanência. Tratar todos como sujeitos que simplesmente escolhem produzir mais apagaria as condições materiais dessa escolha. A interiorização do desempenho opera em relações institucionais e precisa ser analisada junto com elas.

A precarização acadêmica será entendida aqui como fragilização das condições de realizar o trabalho científico e educativo. Ela pode envolver instabilidade dos vínculos, insuficiência de recursos, intensificação sem tempo correspondente e transferência de responsabilidades para os indivíduos. A formulação é uma categoria de análise do ensaio. Sua pertinência para uma instituição concreta exigiria pesquisa própria. O argumento não autoriza concluir que toda internacionalização precariza; permite perguntar se determinada iniciativa melhora ou fragiliza as condições daqueles que a executam.

Tomemos uma situação hipotética: uma parceria internacional prevê atividades de ensino, reuniões de coordenação e produção conjunta. O projeto possui objetivos

formativos relevantes, mas não reserva carga horária ao planejamento nem prevê apoio técnico. Os docentes reorganizam o trabalho para garantir a continuidade. Ao final, a instituição apresenta os resultados como indicador de excelência. A iniciativa pode ter beneficiado os estudantes; essa possibilidade não resolve a distribuição dos custos de sua realização. O resultado pedagógico e a organização do trabalho precisam ser avaliados conjuntamente.

A leitura de Han permite interrogar como esses custos podem ser naturalizados. O esforço extra adquire o sentido de investimento em uma oportunidade que não se deveria perder. A dificuldade de sustentá-lo pode aparecer como falta de iniciativa, e a interrupção pode ser interpretada como incapacidade pessoal. O reconhecimento institucional, nesse arranjo, depende de uma atividade que precisa crescer, enquanto suas condições permanecem estáveis ou se reduzem. A distância entre expectativa e suporte é transferida para a disposição individual de continuar.

Nesse ponto, os estudos sobre colaboração desigual discutidos na literatura introduzem uma mediação importante. Nkansah, Oldac e Yang (2025), em estudo de caso de uma universidade ganesa, identificam relações de dependência acadêmica e a persistência de estruturas desiguais nas colaborações internacionais. A pesquisa utiliza entrevistas com pesquisadores, administradores e formuladores de políticas. Seu alcance é contextual, e seus resultados não devem ser universalizados. Ainda assim, o caso mostra que a participação internacional pode ocorrer em condições que limitam a autonomia dos participantes.

A formação também é afetada pela organização temporal da pesquisa. Ler um problema com atenção exige um tempo que não se reduz ao momento da entrega. A orientação demanda continuidade, retomada de argumentos e disponibilidade para dúvidas que não obedecem ao calendário da produção. Se o ensino recebe apenas o tempo residual de uma atividade acadêmica avaliada por produtos, o estudante pode encontrar professores intensamente produtivos e pouco disponíveis para acompanhar sua formação. A hipótese merece investigação; sua formulação já permite discutir a coerência entre missão educativa e critérios de reconhecimento.

Uma resposta possível consiste em integrar o trabalho de cooperação à organização institucional. Isso significa reconhecer carga horária, apoio e responsabilidades, além de tornar negociáveis os limites de disponibilidade. O tempo de

leitura e orientação precisa contar como trabalho, mesmo quando seus efeitos não aparecem imediatamente em produtos. Essa proposta não elimina metas ou a avaliação. Ela procura impedir que o cumprimento das metas dependa da deterioração das condições de produzir conhecimento e de formar pessoas. A ciência que promete ampliar capacidades precisa começar por sustentar as capacidades daqueles que a realizam.

O trabalho acadêmico é reconhecido por registros. Artigos, citações, projetos, títulos e acordos tornam visíveis atividades que dificilmente poderiam ser conhecidas por observação direta. A mediação é necessária: nenhuma comunidade científica pode acompanhar integralmente todos os processos que precisa avaliar. Entretanto, a distância entre a atividade e seus registros abre uma possibilidade de inversão. O que foi produzido para informar sobre o trabalho pode passar a definir antecipadamente aquilo que merece ser feito.

Baudrillard (1991) problematiza como signos e modelos participam da constituição do que é reconhecido como realidade, colocando em questão a estabilidade da relação entre representação e referente. A aproximação com a atividade científica é proposta por este ensaio. Interessa perguntar se determinados sinais de excelência passam a organizar as escolhas de investigação, de parceria e de formação. A hipótese exige observar os efeitos dos critérios, sem pressupor que todo indicador seja enganoso ou que toda atividade reconhecida seja vazia.

Um registro de coautoria, por exemplo, informa que uma publicação foi assinada por pesquisadores vinculados a lugares distintos. O registro não esclarece integralmente como ocorreu a colaboração. A equipe pode ter compartilhado decisões e desenvolvido capacidades, ou pode ter distribuído tarefas de maneira hierárquica. Ambas as relações podem produzir um artigo rigoroso. O indicador conserva sua utilidade descritiva, mas perde força explicativa quando é utilizado como prova suficiente de reciprocidade. A diferença entre os arranjos precisa ser examinada por outros meios.

A situação se torna mais problemática quando o indicador orienta a escolha do parceiro. Uma instituição pode procurar uma colaboração porque necessita de conhecimento complementar; pode também buscá-la principalmente pelo efeito esperado sobre sua visibilidade. As motivações podem coexistir. Denomino internacionalização performada o arranjo em que a demonstração pública de inserção se torna finalidade

suficiente, subordinando a ela a qualidade das relações científicas e educativas. A categoria designa uma possibilidade, e não a essência de toda internacionalização.

Por isso, a crítica precisa conservar a distinção entre validade epistêmica, reconhecimento acadêmico e justiça das relações de produção. Uma conclusão válida pode resultar de um projeto organizado de forma desigual. Uma iniciativa publicamente relevante pode permanecer pouco citada. Um trabalho muito citado pode ter contribuições importantes sem demonstrar redução da desigualdade. Não infiro uma dimensão a partir de outra. Proponho examiná-las em relação, para evitar que uma medida bibliométrica funcione como resposta a perguntas que ela não foi construída para responder.

A análise bibliométrica de McManus et al. (2024) sobre colaboração Sul–Sul ajuda a tornar essa distinção concreta. O estudo utiliza dados de 2002 a 2021 provenientes de InCites e SciVal e examina padrões de publicação, financiamento e relações entre grupos de países. Seus resultados mostram diferenças regionais e a relevância das relações com o Norte Global. O trabalho também distingue a avaliação de resultados científicos dos efeitos sobre o desenvolvimento, que podem depender de tempo e de ações de outros participantes sociais. Essa diferença impede identificar automaticamente impacto de citação e transformação das condições de vida.

O exame dos signos de excelência conduz, portanto, a uma exigência de proporcionalidade das afirmações. Uma instituição pode dizer que ampliou publicações ou estabeleceu relações; para afirmar que democratizou a ciência, precisará mostrar mudanças nas condições de acesso e participação. Essa exigência não diminui o valor dos registros. Recupera sua função informativa e limita sua transformação em certificados universais de qualidade. A visibilidade de uma rede deve permitir conhecer suas relações, em vez de substituir o esforço de examiná-las.

Tudo isso me leva a compreender que o reconhecimento não circula em um espaço vazio. Ele se relaciona com recursos, infraestrutura, domínio linguístico e posições institucionais. Participantes de uma mesma rede podem estar submetidos a exigências semelhantes e dispor de condições muito diferentes para cumpri-las. Por isso, a questão envolve quem consegue realizar uma investigação e também quem pode formular o problema, escolher os procedimentos e discutir os usos de seus resultados.

O estudo de Nkansah, Oldac e Yang (2025), mencionado anteriormente, torna visível a persistência de dependências nas relações de pesquisa. O caso não demonstra

que a colaboração com instituições do Norte Global seja necessariamente prejudicial. Permite perceber que participar de uma rede e adquirir autonomia são processos distintos. A aproximação internacional pode oferecer recursos importantes enquanto mantém concentradas as decisões fundamentais. Retomo essa diferença para pensar a cooperação como relação política, além de sua dimensão operacional.

Essa leitura exige evitar uma divisão fixa entre centros que sempre comandam e periferias que apenas recebem. Marginson e Xu (2023) reconhecem a expansão de sistemas científicos fora do espaço euro-americano, mas identificam a continuidade de formas de hegemonia na linguagem, nas instituições e nos regimes de publicação. Os autores criticam o determinismo de uma interpretação rígida de centro e periferia, que subestima a capacidade de ação fora dos centros tradicionais. A contribuição importa porque permite pensar desigualdade e agência simultaneamente, sem converter a primeira em destino.

Morosini et al. (2024), ao examinar estratégias de cooperação de universidades participantes do CAPES-PrInt, identificam a prevalência de relações com países do Norte Global e uma configuração emergente de redes latino-americanas. A análise associa a regionalização à circulação de conhecimento não hegemônico e ao trabalho coletivo. Seu resultado oferece um contraponto à suposição de que a inserção internacional precisa orientar-se exclusivamente pelos centros tradicionais. A diversificação pode abrir novas agendas, embora sua importância deva ser examinada nas práticas que consegue sustentar.

McManus et al. (2024) mostram que as relações Sul–Sul apresentam perfis diversos e coexistem com relações relevantes com o Norte Global. A leitura impede tratar a cooperação regional como um circuito autossuficiente. A alternativa que proponho é uma diversificação que fortaleça a capacidade de negociação e o compartilhamento de decisões. O valor de uma parceria deve ser relacionado ao que ela permite investigar e às capacidades que permanecem quando a atividade termina. A direção geográfica, isoladamente, não fornece essa resposta.

Na diplomacia científica, a mesma tensão reaparece. Rüland et al. (2025), por análise bibliométrica e de redes, identificam a predominância dos Estados Unidos e da Europa na produção de conhecimento sobre o campo. O estudo informa limites relativos à cobertura da Scopus, à seleção linguística e às afiliações utilizadas. Seus resultados

dizem respeito ao corpus examinado e não autorizam declarar inexistentes outras tradições. Ainda assim, mostram que um campo orientado à discussão das relações internacionais pode apresentar uma representação desigual de seus próprios participantes.

A cooperação contribui para reduzir desigualdades quando transforma acesso em capacidade e participação em influência sobre as decisões. Isso pode envolver formação de equipes, compartilhamento efetivo de infraestrutura e reconhecimento de conhecimentos situados. Também exige permitir que os parceiros contestem um procedimento ou proponham outro problema. O ganho não se limita ao que cada participante recebe; inclui o que se torna capaz de realizar com maior autonomia. Uma rede que distribui tarefas sem distribuir possibilidades de decisão amplia sua produção, mas pode conservar a desigualdade que organiza essa produção.

Se a desigualdade nas redes não se resolve pela conexão, a digitalização exige uma avaliação que alcance a experiência formativa. A possibilidade de trabalhar com pessoas de outros lugares amplia o repertório de situações educativas. Estudantes podem comparar interpretações, discutir problemas e produzir conjuntamente sem deslocamento físico. Esse potencial é importante para quem encontraria obstáculos à mobilidade. Entretanto, reduzir uma barreira geográfica não significa eliminar todas as condições que limitam a participação.

Woicolesco, Cassol-Silva e Morosini (2022), em pesquisa qualitativa com seis instituições brasileiras bem avaliadas no ranking Times Higher Education de 2020, examinam iniciativas de internacionalização em casa e sua virtualização. O trabalho discute um modelo orientado a ampliar oportunidades de desenvolvimento de perspectivas internacionais e competências interculturais durante a formação. A seleção das instituições delimita o alcance de seus resultados. Sua contribuição interessa por mostrar possibilidades concretas de ampliação, que precisam ser relacionadas às condições de organização e acesso.

Soulé, Parmaxi e Nicolaou (2025) analisam 58 estudos publicados entre 2018 e 2022. A revisão identifica benefícios associados à sensibilidade intercultural e ao desenvolvimento de habilidades, além de desafios linguísticos, técnicos, pessoais, pedagógicos e organizacionais. Também aponta uma presença predominante do Norte Global nas colaborações examinadas. O conjunto impede reduzir a internacionalização

em casa a uma solução técnica simples: seus efeitos envolvem práticas educativas e relações institucionais. A publicação antecedeu sua inclusão no volume de 2025, data adotada aqui para uniformizar a referência.

Esses resultados permitem recolocar uma pergunta: quando uma atividade internacional contribui para o desenvolvimento do intelecto? Participar de uma reunião, produzir uma apresentação e receber um certificado são acontecimentos observáveis. A formação intelectual envolve uma transformação menos imediatamente registrável: a capacidade de relacionar informações, analisar uma explicação e revisar os próprios pressupostos. Uma atividade pode favorecer essa transformação, mas não a demonstra apenas por ter ocorrido entre participantes de países diferentes. Aliás, essa perspectiva permite distinguir exposição à diferença e elaboração intelectual da diferença. Encontrar alguém de outro lugar pode produzir curiosidade, desconforto ou confirmação de imagens anteriores. Para tornar-se experiência formativa, o encontro precisa de tempo e de uma tarefa que permita compreender por que as interpretações divergem. A dimensão intercultural não está automaticamente contida na identidade nacional dos participantes. Ela se realiza no trabalho de examinar perspectivas e reconhecer que o próprio modo de formular o problema também possui condições históricas e sociais.

Os obstáculos à participação não são apenas circunstâncias externas a uma atividade já definida. Critérios de financiamento, contratos, plataformas e procedimentos de avaliação ajudam a estabelecer quem pode participar e em que posição. A cooperação precisa ser examinada também por sua arquitetura institucional. Quando suas regras são apresentadas como detalhes técnicos, decisões sobre acesso e autoridade podem permanecer pouco discutidas. A aparência de neutralidade do procedimento pode limitar o reconhecimento de seus efeitos.

Agamben (2009) amplia a noção de dispositivo para pensar aquilo que captura e orienta condutas, gestos e discursos. Sua contribuição permite perguntar como as práticas acadêmicas organizam possibilidades de ação. A aplicação à internacionalização é construída neste ensaio: uma chamada de pesquisa estabelece elegibilidade; uma plataforma condiciona a circulação; um contrato organiza decisões sobre resultados. Cada procedimento pode ser necessário, mas essa necessidade não o torna imune à discussão sobre as relações que produz.

Um requisito linguístico pode favorecer a comunicação de uma equipe e, simultaneamente, restringir a participação de pesquisadores relevantes ao problema. Um sistema de avaliação pode tornar resultados comparáveis e desconsiderar formas de produção que não cabem em seus campos. A análise precisa acompanhar essas consequências sem concluir que toda regra é ilegítima. A questão é saber se os procedimentos permanecem discutíveis e se os participantes dispõem de condições para modificá-los quando seus efeitos contrariam os objetivos da cooperação.

Aproximo essa questão da ideia de profanação em Agamben (2007), entendida como restituição ao uso comum daquilo que foi separado. No campo da ciência, a aproximação permite pensar a reorganização de usos do conhecimento e de suas condições de produção. A proposta não elimina critérios científicos nem transforma toda opinião em evidência equivalente. Interroga a separação entre quem possui poder para formular questões e quem pode apenas receber os resultados ou executar atividades previamente definidas.

Chamo de ciência do comum o horizonte em que a produção científica amplia capacidades compartilhadas de conhecer, discutir e agir. Com esse termo, expresso uma proposta normativa. Seu sentido envolve acesso ao conhecimento e participação nas condições que tornam esse acesso efetivo. Uma pessoa pode encontrar um artigo aberto e não dispor de formação ou interlocução para compreendê-lo. Uma instituição pode acessar dados e continuar sem recursos para analisá-los. A abertura precisa ser relacionada à distribuição das capacidades de uso.

A UNESCO (2023), em seu primeiro panorama mundial da ciência aberta, reconhece desigualdades no acesso a financiamento, habilidades e ferramentas, que limitam as possibilidades da abertura científica. O documento reforça a necessidade de examinar infraestrutura e condições de participação. A interlocução interessa porque impede identificar a disponibilização de resultados com a democratização já realizada. Um arquivo sem barreira de leitura é um avanço, mas o uso público de conhecimento depende de mediações educativas e institucionais.

A ciência do comum inclui essas mediações. Uma rede pode compartilhar formação metodológica, recursos de análise e materiais que permaneçam utilizáveis pelos parceiros. Pode organizar decisões conjuntas sobre perguntas e formas de divulgação. Pode considerar idiomas adequados aos públicos implicados e produzir devolutivas que

permitam discutir os resultados. Esses compromissos precisam integrar o planejamento da atividade, com tempo e financiamento. Se forem acrescentados apenas ao final, poderão depender do mesmo esforço invisível que a crítica ao desempenho procura tornar discutível.

Também é necessário esclarecer o que permanece com cada participante. A colaboração pode produzir um artigo de circulação ampla e encerrar-se sem deixar infraestrutura, formação ou uma relação de continuidade. Pode, em outra situação, oferecer condições para novas investigações e fortalecer a orientação de estudantes. A segunda possibilidade não torna obrigatória a permanência indefinida da parceria. Indica que o fim de um financiamento não precisa equivaler ao desaparecimento de todas as capacidades construídas. A sustentabilidade deve ser relacionada aos usos possíveis depois da entrega.

O papel das comunidades pesquisadas exige atenção semelhante. A participação pode contribuir para reconhecer problemas e discutir prioridades, mas não deve ser apresentada como solução sem conflitos. Existem divergências internas, interesses concorrentes e responsabilidades distintas entre pesquisadores e participantes. A construção do comum exige procedimentos de diálogo e uma delimitação clara das decisões. Reconhecer outras pessoas como interlocutoras inclui a possibilidade de que elas discordem da pergunta inicialmente proposta e de que essa discordância modifique o projeto.

A abertura também precisa respeitar situações em que divulgar dados pode comprometer pessoas. O compartilhamento não é um bem absoluto independente das condições de seu uso. A ciência do comum pode exigir acesso protegido, consentimento e limites de circulação. A responsabilidade consiste em tornar justificáveis essas decisões, relacionando-as aos direitos e aos objetivos da investigação. O comum não implica disponibilidade irrestrita de tudo; implica a construção de usos que ampliem capacidades sem retirar dos participantes o controle legítimo sobre aspectos de suas vidas.

A avaliação dessas relações precisa combinar produtos e processos. A publicação continua importante, mas a qualidade da cooperação inclui a participação nas decisões, a formação e a distribuição das responsabilidades. Esses elementos podem ser documentados sem serem reduzidos a uma pontuação única. O desafio é produzir

evidências adequadas às perguntas, reconhecendo que parte dos efeitos exige acompanhamento. Uma ciência do comum depende de instituições capazes de avaliar relações, além de registrar resultados.

A proposta de uma ciência do comum enfrenta uma objeção que precisa ser considerada. Se a finalidade pública se torna condição de legitimidade, a pesquisa poderá ser subordinada a necessidades previamente definidas por governos, empresas ou grupos sociais. O pesquisador perderia a possibilidade de investigar questões cujo valor ainda não é reconhecido. A objeção revela uma tensão real: responsabilidade social e autonomia intelectual precisam ser relacionadas sem que uma elimine a outra. A resposta exige distinguir utilidade imediata e responsabilidade institucional. Uma investigação pode não oferecer aplicação previsível e, ainda assim, ampliar a compreensão de um fenômeno. Pode demonstrar que uma hipótese aceita precisa ser revista ou criar instrumentos conceituais cujo alcance aparecerá depois. O direito de realizar esse trabalho integra a capacidade social de conhecer. Exigir um resultado prático antecipado restringiria a pesquisa ao repertório de necessidades já reconhecidas por quem possui poder para financiá-la.

Por essa razão, a pergunta sobre redução da desigualdade não deve funcionar como teste de produtividade aplicado a cada artigo. Ela precisa orientar a organização do sistema científico e educativo: quem recebe condições de investigar, que tipos de pergunta encontram apoio e como os resultados podem circular. A proteção de pesquisas de longo prazo e das humanidades faz parte dessa responsabilidade. A ciência pode contribuir para a emancipação justamente ao questionar o modo como a sociedade define aquilo que considera útil.

Melville, em *Bartleby*, o escrivão, oferece uma imagem para a dificuldade de interromper exigências de trabalho. O personagem recusa tarefas e sua trajetória termina em isolamento e morte. A literatura impede transformar a recusa em solução simples ou em conselho de gestão pessoal. A leitura interessa ao ensaio porque permite perguntar se uma organização possui lugar para a suspensão de uma demanda. A possibilidade de dizer que uma tarefa não pode ser realizada depende de condições coletivas, especialmente quando a continuidade do vínculo está em jogo. No trabalho científico, essa possibilidade inclui reconhecer um limite metodológico, interromper uma coleta inadequada ou admitir que o projeto precisa de mais tempo. Uma cultura em que toda

interrupção representa fracasso pode tornar mais difícil o exercício da crítica que a própria ciência exige. O julgamento responsável nem sempre coincide com a produção de uma entrega no prazo. A instituição precisa distinguir negligência e decisão fundamentada, criando condições para que essa distinção seja discutida sem punição automática.

A redução da desigualdade depende de decisões que ultrapassam a ciência. Distribuição de renda, serviços públicos e direitos envolvem conflitos políticos e institucionais. Reconhecer essa complexidade evita atribuir à pesquisa um poder que ela não possui. Ao mesmo tempo, o sistema científico participa desses conflitos por suas escolhas de financiamento, formação e circulação. Sua responsabilidade pode ser examinada pelo modo como distribui capacidades e torna disponíveis conhecimentos relevantes, sem fazer de cada equipe a responsável exclusiva pela transformação social. Assim, a busca por respostas conduz a um compromisso duplo. A ciência precisa preservar condições de investigação que permitam descobrir o que ainda não sabemos e contestar finalidades já estabelecidas. Precisa também responder pelas condições de participação e pelos usos que ajuda a tornar possíveis. A internacionalização pode fortalecer esse compromisso quando amplia interlocução, recursos e autonomia. Sua legitimidade pública será limitada quando a competição por reconhecimento consumir essas condições e apresentar sua própria expansão como prova suficiente de progresso.

3 REORBITAR

A pergunta sobre o sentido da ciência global levou-me a distinguir circulação, participação e transformação das condições de conhecer. A expansão das redes pode gerar descobertas e experiências formativas importantes. Contudo, a presença de parceiros em diferentes países não demonstra, por si, reciprocidade ou contribuição à redução das desigualdades. A cooperação precisa ser examinada por aquilo que permite investigar e pela distribuição do poder de decidir, aprender e utilizar seus resultados.

A interlocução com a literatura sistematizada permitiu-me sustentar essa distinção. As revisões sobre colaboração e internacionalização em casa identificam possibilidades educativas e desafios de implementação. Os estudos sobre dependência, colaboração Sul–Sul, redes brasileiras e diplomacia científica mostram que o alcance internacional convive com diferentes formas de concentração. Esses achados possuem recortes e limites específicos; relacionados entre si, autorizam problematizar a equivalência entre

conexão e democratização, sem afirmar que toda experiência internacional reproduza os mesmos efeitos.

Em resposta à questão central, defendo que a internacionalização contribui para enfrentar desigualdades quando amplia capacidades e distribui possibilidades de decisão. Isso exige condições de trabalho reconhecidas, participação na construção das agendas, apoio à formação e meios de apropriação do conhecimento. A redução da desigualdade não decorre automaticamente dessas condições, mas elas tornam mais consistente a contribuição pública que a cooperação reivindica. Quando permanecem ausentes, o crescimento das relações pode conservar ou intensificar dependências.

A responsabilidade social, por sua vez, precisa preservar a liberdade de investigar. Não proponho exigir que cada artigo produza uma solução imediata para a desigualdade. Proponho que instituições, financiadores e redes discutam a distribuição das condições de pesquisar e formar pessoas. Uma ciência do comum inclui a proteção de perguntas sem aplicação antecipada e o enfrentamento das barreiras que tornam essa liberdade privilégio de poucos. Autonomia intelectual e compromisso público podem sustentar-se reciprocamente quando a sociedade amplia as condições de conhecer e conserva o direito de interrogar suas finalidades.

Permanecem limites. As relações conceituais aqui propostas exigem investigações capazes de acompanhar o trabalho nas redes, a participação nas decisões e os efeitos sobre a formação. A passagem de uma experiência internacional a uma colaboração duradoura merece estudos longitudinais. Também é necessário compreender como os participantes avaliam os custos e benefícios dessas relações. Ofereço critérios e perguntas para esse percurso; minha contribuição não substitui o exame das instituições e das experiências concretas.

Para que ser global, então? Para ampliar as condições de enfrentar problemas que atravessam fronteiras, partilhar capacidades e submeter perspectivas à interlocução. Essa resposta precisa permanecer verificável nas práticas. Se uma rede cresce enquanto diminui a possibilidade de pensar e participar, sua extensão não encerra a questão. Se o conhecimento circula e retorna como formação, capacidade de investigação e uso público, a cooperação encontra uma finalidade que ultrapassa a própria presença internacional. A contribuição da ciência para reduzir desigualdades começa também em

sua disposição de enfrentar as desigualdades que organizam sua produção. Nesse ponto, reencontro Ferreira Gullar e sua defesa de uma poesia que não traia a vida:

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz”. (Gullar, 1997, p. 5).

Os lugares nomeados por Gullar não compõem um cenário exterior à ciência. Neles se vivem as condições de trabalho, educação, saúde e convivência que atravessam suas perguntas. Reorbitar esses lugares no argumento impede que o mundo seja confundido com o mapa das instituições que conseguem participar de uma rede. Uma ciência pode conhecer muitos países e permanecer distante das experiências que, dentro deles, não encontram meios de formular suas necessidades como problemas reconhecidos. Ser global exige interrogar essa distância e construir caminhos para que ela possa diminuir.

Tenho consciência de que a aproximação entre canto e conhecimento exige cuidado: poesia e ciência respondem a critérios distintos. Concorro. Mas o que se transfere aqui é a pergunta pela responsabilidade de uma prática diante da vida da qual participa. Na cooperação acadêmica, uma resposta possível consiste em repartir a capacidade de perguntar, em vez de reservar a alguns o pensamento e a outros a execução. A internacionalização da educação, enquanto exemplo, consiste em assegurar que o encontro com outras perspectivas tenha tempo e condições para tornar-se formação. Na pesquisa, consiste em reconhecer que o interesse por uma população não autoriza reduzir suas experiências a materiais que circulam enquanto seus participantes continuam sem acesso às condições de conhecer.

Aqui se faz importante alertar, antes que minha argumentação soe missionária ou reivindique para a ciência qualquer primazia moral, que reconheço que a ciência não consegue garantir, sozinha, a transformação do mundo. Mas também sustento que ela pode — e deve — responder pelo que torna possível e pelo que ajuda a impedir. Se sua expansão reafirma a precarização do trabalho e restringe o desenvolvimento do intelecto, sua condição global não resolve a insuficiência de sua finalidade pública. Ainda: o alcance do conhecimento precisa carregar consigo as condições de participação das pessoas de

cujo mundo ele se ocupa. Para isso, a cooperação deve ampliar o direito de aprender, investigar e disputar sentidos. A ciência encontra uma razão para ser global quando a vida obscura e injustiçada deixa de ser apenas objeto de seus discursos e passa a interpelar suas escolhas. A pergunta permanece aberta como exigência de verificar, nas relações que construímos, a quem nossa ciência permite conhecer e viver de outro modo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

DE WIT, Hans. 'Everything that quacks is internationalization': critical reflections on the evolution of higher education internationalization. **Journal of Studies in International Education**, v. 28, n. 1, p. 3–14, 2024. DOI: 10.1177/10283153231221655.

GULLAR, Ferreira. **Corpo a corpo com a linguagem**. Ponta Grossa: UEPG; Museu/Arquivo da Poesia Manuscrita, 1997.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HELLER, Ágnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5–31, 2004. DOI: 10.1177/1028315303260832.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MARGINSON, Simon. Global science and national comparisons: beyond bibliometrics and scientometrics. **Comparative Education**, v. 58, n. 2, p. 125–146, 2022. DOI: 10.1080/03050068.2021.1981725.

MARGINSON, Simon; XU, Xin. Hegemony and inequality in global science: problems of the center-periphery model. **Comparative Education Review**, v. 67, n. 1, p. 31–52, 2023. DOI: 10.1086/722760.

MCMANUS, Concepta et al. The South-South dimension in international research collaboration. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 96, n. 3, e20230942, 2024.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão**: uma história de Wall Street. Tradução de Irene Hirsch. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MOROSINI, Marília Costa; MARCELINO, Jocelia Martins; MENTGES, Manuir José; WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle. A internacionalização da educação superior no Brasil: o programa CAPES-PrInt e a cooperação acadêmica internacional. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 1–18, 2024. DOI: 10.14393/REPOD-v13n2a2024-70624.

NGUYEN, Lan Thi; MUANGSANAM, Pairin; TUAMSUK, Kulthida. Exploring internationalisation in higher education: a systematic review of global collaborations. **Globalisation, Societies and Education**, v. 24, n. 5, p. 1741–1758, 2026. DOI: 10.1080/14767724.2025.2509288.

NKANSAH, Jacob Oppong; OLDAC, Yusuf Ikbal; YANG, Lili. Dependency and neocolonialism in international research collaboration: evidence from a Ghanaian elite university. **Higher Education**, v. 90, p. 1571–1589, 2025. DOI: 10.1007/s10734-024-01393-w.

RÜLAND, Anna-Lena et al. Science diplomacy: a global research field? Findings from a bibliometric analysis of the science diplomacy scholarship of the past twenty years. **Scientometrics**, v. 130, n. 8, p. 4697–4722, 2025. DOI: 10.1007/s11192-025-05396-x.

SOULÉ, María Victoria; PARMAXI, Antigoni; NICOLAOU, Anna. Internationalization at home in higher education: a systematic review of teaching and learning practices. **Journal of Applied Research in Higher Education**, v. 17, n. 7, p. 29–60, 2025. DOI: 10.1108/JARHE-10-2023-0484.

UNESCO. **Open science outlook 1: status and trends around the world**. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387324>. Acesso em: 7 out. 2026.

WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle; CASSOL-SILVA, Carla Camargo; MOROSINI, Marília Costa. Internationalization at home and virtual: a sustainable model for Brazilian higher education. **Journal of Studies in International Education**, v. 26, n. 2, p. 222–239, 2022.